

Alunos do programa de pós-graduação *stricto sensu* no retorno das aulas presenciais: considerações sobre o cenário pandêmico

Students of the stricto sensu graduate program on the return of face-to-face classes: considers about the pandemic scenario

Carla Gonçalves TÁVORA¹
Ronan da Silva Parreira GAIA²
Eduardo Martins MORGADO³
Thais Peterossi CANDIDO⁴

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar a percepção de alunos de pós-graduação sobre o retorno das aulas presenciais no Brasil. Como metodologia, foi realizada pesquisa de campo com um questionário de 16 questões de cunho exploratório e abordagem quali-quantitativa, divididas por etapas específicas. Os resultados apresentaram um total de 90 participantes que responderam à primeira etapa do questionário, sendo que 77 desses atendiam aos critérios de inclusão ao estudo e seguiram as demais etapas do mesmo. Há, por fim, duas percepções importantes identificadas nas respostas dos alunos: (1) a maioria dos pós-graduandos gostaram do ensino remoto emergencial na pós-graduação e compreendem o retorno das aulas presenciais como um risco necessário e importante, e (2) parte significativa dos participantes da pesquisa comungam da opinião de que há um envolvimento do contexto político no retorno das aulas presenciais, ao passo que a área da educação é um fator-chave para os candidatos se elegerem esse ano.

Palavras-chave: Tecnologia. Ciência. Educação. Pós-Graduação. COVID-19.

Abstract

The objective of this article is to present the perception of graduate students about the return of face-to-face classes in Brazil. As a methodology, a field research was carried out with a questionnaire of 16 exploratory questions and a quali-quantitative approach, divided into specific stages. The results showed a total of 90 participants who responded

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Bauru. Bolsista CAPES. E-mail: carla.tavora@unesp.br

² Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista - PPGCS-FCLAr/UNESP.
E-mail: ronangaia@yahoo.com.br

³ Professor Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências. Coordenador do LTIA - Lab. de Tecnologias da Informação Aplicada.
E-mail: eduardo.morgado@unesp.br

⁴ Mestranda em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem Psiquiátrica da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – EERP/USP.
E-mail: thaispcandido@gmail.com

to the first stage of the questionnaire, 77 of whom met the inclusion criteria for the study and followed the other stages of the same. Finally, there are two important perceptions identified in the students' responses: (1) the majority of graduate students liked emergency remote teaching in graduate studies and understand the return to face-to-face classes as a necessary and important risk, and (2) a significant part of the survey participants share the opinion that there is an involvement of the political context in the return of face-to-face classes, while the area of education is a key factor for candidates to be elected this year.

Keywords: Technology. Science. Education. Graduate students. Covid-19.

Introdução

A partir do isolamento social causada pela pandemia da COVID-19, como medida de segurança e controle do contágio do vírus à sociedade, muitas escolas, institutos e universidades adotaram o Ensino Remoto Emergencial (ERE) para continuar o processo educacional, ou seja, foi aplicado o ensino por meio das tecnologias, proporcionando, com isso, aulas síncronas (ao vivo) que, durante o período de isolamento social, foram estratégias não apenas pedagógicas, mas de saúde pública.

Dessa forma, faz-se oportuno mencionar que programas de pós-graduação *stricto sensu* tem a função de preparar os alunos através de conhecimentos teóricos e instrumentais de pesquisa e produção de conhecimento para o campo científico de atuação (ALMEIDA; PIMENTA, 2009), além de auxiliar para o ingresso de docente no Ensino Superior. Nesse sentido, conforme indicado por Cunha (2010), esse programa possui notória relevância, pois se configura como uma fase de formação pedagógica do professor-pesquisador, ou seja, possibilita a atuação do pós-graduando na pesquisa e o qualifica para a prática docente, sobretudo no ensino superior. Portanto, tal formação é caracterizada pelo Mestrado e Doutorado acadêmico e profissional e promove a carreira acadêmica e atuação como professor universitário (CORRÊA; RIBEIRO, 2013).

É inegável, então, a importância da criação e consolidação dos sistemas de pós-graduação, sendo essa uma fase de extensão do conhecimento, para a formação de gerações de mestres e doutores para realizarem pesquisas, publicações científicas e estágio docência, apresentando padrões de qualidade e excelência nas atividades acadêmicas na pós-graduação (MOITA; ANDRADE, 2009). Em 2020/2021, entretanto, a pandemia da COVID-19 paralisou as atividades cotidianas, principalmente na educação.

A adoção do isolamento social foi um dos mais eficientes meios de controlar o alto nível de contágio e mortes e, por isso, creches, escolas, faculdades e universidades no mundo suspenderam suas atividades presenciais e tiveram que adotar atividades remotas (SILVA; LIMA; MARTINS, 2021).

O isolamento social foi uma das estratégias de combate ao impacto da COVID-19 defendida pela Organização Mundial da Saúde, resultando em mudanças nas rotinas da população (SILVA; LIMA; MARTINS, 2021), como o *home office*, o ensino remoto emergencial (ERE), as videoconferências para reuniões, as entregas de comida a domicílio, etc. Porém, em 2022, as instituições educacionais retomaram as atividades presenciais para todos os níveis de ensino. Dessa forma, os programas de pós-graduação *stricto sensu* estabeleceram regras de cuidados higiênicos para realizar as atividades presenciais, como o uso de álcool em gel e máscara dentro das salas de aulas. Diante desse cenário, o objetivo dessa pesquisa foi buscar apresentar a percepção dos alunos de pós-graduação sobre o retorno das aulas presenciais, a qual, evidentemente, demonstra-se como um desafio recente a diversos pós-graduandos.

Material e métodos

A pesquisa apresentada abaixo caracteriza-se por uma pesquisa de campo de cunho exploratório. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário disponibilizado online, composto por 17 questões abertas e fechadas, referente a opinião dos pós-graduandos sobre a volta das atividades acadêmicas presenciais em 2022. O questionário foi aplicado pelo período de 1 (um) mês, durante as datas de 1 de abril à 1 de maio e distribuído para universitários no Brasil, totalizando 90 respostas.

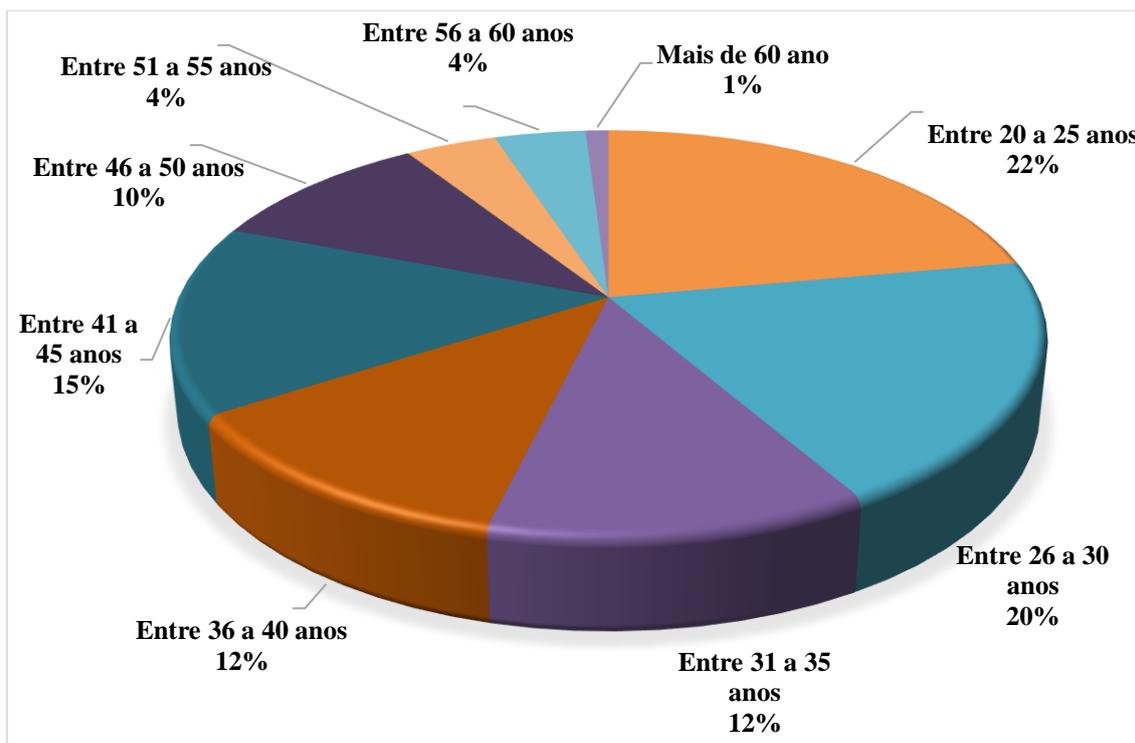
Face ao exposto, o questionário em tela foi dividido em três etapas, a primeira para coletar quantos participantes estão em programas de pós-graduação *stricto sensu*, esses foram encaminhados para a segunda etapa, a qual dizia respeito às questões pessoais e de opinião sobre o retorno das atividades presenciais. Logo em seguida, a terceira etapa, voltou-se aos participantes que frequentaram um Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* durante a pandemia da Covid-19. Assim, foram aplicadas as seguintes questões:

- Na primeira etapa:
 1. Você faz Pós-Graduação?
- Na segunda etapa:
 1. Gênero:
 2. Idade:
 3. Estado que reside:
 4. Universidade da pós-graduação:
 5. Estado e cidade da sua Universidade:
 6. Você frequentou alguma pós-graduação nos tempos de pandemia da Covid-19?
- Na terceira etapa:
 1. Você frequentou nos tempos de pandemia da COVID-19 (2020-2021) em qual nível (Mestrado ou Doutorado)?
 2. Você gostou da pós-graduação (Mestrado ou Doutorado) durante a pandemia da COVID-19 (2020-2021)? Justifique.
 3. Sua universidade retornou às aulas presenciais para a pós-graduação em 2022?
 4. O que você acha do retorno das aulas presenciais na pós-graduação em 2022?
 5. Você se vacinou contra a Covid-19?
 6. Você acha que a vacinação é uma estratégia de imunização para o retorno das aulas presenciais?
 7. Você acha que o uso da máscara é uma estratégia eficiente de imunização para o retorno das aulas presenciais?
 8. Você se sente seguro em frequentar as aulas presenciais?
 9. Você concorda que há uma tática política-eleitoreira perfilando esse retorno das aulas presenciais?

Os resultados foram analisados por uma abordagem quali-quantitativa, utilizando uma pesquisa bibliográfica para a contextualização, selecionando artigos científicos dos últimos cinco anos (2017-2022), buscados, encontrados e selecionados no banco de dados do Google Acadêmico.

Resultados

Com o total de 90 respostas, na primeira etapa, identifica-se que 86% (77 participantes) são discentes de programas de pós-graduação *stricto sensu*. A segunda etapa representa os dados sociodemográficos desses 77 participantes, no qual 43% (33) são do gênero masculino e 57% (44) identificam-se com o gênero feminino. Já a respeito da faixa etária, o Gráfico 1 demonstra a variedade de idades entre esses 86% dos discentes identificados na primeira etapa:

Gráfico 1 - Idade dos participantes do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*

Fonte: elaborado pelos autores.

O Gráfico 1 acima apresenta a variedade de idades nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. A faixa etária mais presente para a formação contínua foram entre 20 e 30 anos, totalizando 32 participantes, e a menos presente foram entre 51 ou mais de 60 anos, totalizando 7 participantes. Esses resultados sugerem que a busca por programas de pós-graduação *stricto sensu* independe da idade para promover uma formação contínua.

A respeito da localidade dos participantes, 91% deles são do estado de São Paulo; 3% do Mato Grosso do Sul; 4% de Minas Gerais e 1% do Paraná e Santa Catarina. Já as cidades em que realizam seu respectivo programa de pós-graduação *stricto sensu* são todas cidades paulistas, e aparecem nessa ordem: 47% de Bauru; 5% de São Paulo capital, Campinas e Presidente Prudente; 4% de Marília, Ilha Solteira, Rio Claro, Araraquara, Assis, Piracicaba e Franca; e 2% de Guaratinguetá, Itu, São José do Rio Preto, Botucatu, Arujá e São Carlos.

Em relação à instituição de ensino onde realizam o programa de pós-graduação *stricto sensu*, os dados demonstram que 90% (69 participantes) frequentam universidades públicas e 10% (8 deles) são de universidades privadas. Na universidade pública, 52%

(40 no total) são mestrandos e 29% (22 restantes) são doutorandos. Já na universidade privada são 10% (6 no total) de mestrandos e 9% (7 no total) de doutorandos.

Dentre os 77 participantes da segunda etapa, um total de 86% (66 estudantes foram encaminhados para a terceira etapa por frequentaram os cursos de mestrado ou doutorado nos tempos de pandemia da Covid-19, isto é, entre os anos de 2020-2021, e 14% (11 no total) ingressaram apenas em 2022 em algum Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*. A terceira etapa utiliza como alvo esses 66 participantes, dos quais 58% (38 discentes) identificam-se como do gênero feminino e 42% (28 deles) com o gênero masculino, enquanto 74% (49 no total) são ou foram mestrandos e 26% (17 participantes) são ou foram doutorandos.

Na questão de opinião sobre a aplicação do programa de pós-graduação *stricto sensu* de forma remota durante a pandemia da COVID-19 entre os participantes que responderam a terceira etapa, 62% (cerca de 41 participantes) gostaram dessa aplicação na pós-graduação. Os principais argumentos desses que se adaptaram ao ensino remoto foram a flexibilidade, a economia com a diminuição dos gastos na rotina discente e a fácil e rápida adaptação à modalidade. Ainda, foram citadas uma maior praticidade para realização das atividades relativas ao programa e para organização da rotina de estudos, a qual, no entender deles, não foi prejudicada nesse processo; pelo contrário, eles associam as aulas on-line a uma melhora na organização do cronograma e, conseqüentemente, na logística do acompanhamento das aulas.

Já os 38%, ou 25 dos participantes restantes, que relataram não gostar da aplicação remota apresentaram as seguintes colocações: falta de interação presencial para as discussões acadêmicas, levando a um menor convívio e debates acadêmicos e menor contato para retirar dúvidas acerca dos conteúdos; perspectiva de menor aproveitamento das aulas e dificuldades de adaptação com o formato online das novas salas de aulas, além de pontuaram o período cansativo e de desgaste mental causado pelo isolamento social. Ainda, houve aqueles que alegaram não se matricular em nenhuma disciplina durante esse período justamente em razão da modalidade online, e, portanto, não poderiam afirmar a respeito dessa experiência. Além desses, houveram alegações de que esse meio seria prejudicial para o processo de ensino-aprendizagem; de que as aulas ficaram incompletas nesse processo, no qual houve também um excesso de atividades, e reclamações a respeito da falta de aulas práticas. Esses alunos também relataram dificuldades tecnológicas,

dificuldades no andamento de suas pesquisas no contexto pandêmico e admitiram sentir-se menos motivados e com maior índice de procrastinação.

Já em 2022, com o retorno das atividades presenciais, 67% (44 dos participantes) já retornaram com as aulas presenciais no programa de pós-graduação *stricto sensu*, e apenas 33% (22 no total) não retornaram. Todos os participantes declaram ter se vacinado contra a COVID-19 antes dessa retomada. Sobre a estratégia de segurança, 94% (62 dos discentes da pesquisa) concordam que a vacina é uma estratégia eficaz e 6% (4 pós-graduandos) não concordam, enquanto 85% (56 participantes) concordam que o uso de máscara é uma estratégia de imunização importante, contra 15% (10 no todo) que discordam.

A respeito da opinião dos participantes sobre o retorno das aulas presenciais, o questionário busca saber se eles se sentem seguros com o retorno, face aos cuidados preventivos de uso de máscara, álcool em gel e vacina. Observou-se que 79% (52 participantes) estão seguros para o retorno das aulas e 21% (14 deles) não se sentem seguros. Já no que diz respeito a opinião deles acerca do retorno presencial às aulas, 83% (55) acham importante e necessário o retorno das aulas presenciais e 17% (11) não concordam com as aulas na modalidade presencial, reforçando o sentimento de segurança para ter aulas presenciais entre os alunos.

A maioria dos participantes, portanto, pontuam que as aulas presenciais são essenciais em termos de integração dos alunos, troca de ideias e para promover o engajamento, orientação e estimulação aos discentes, trazendo melhoras na aprendizagem, ampliando a participação nas aulas e a absorção dos conteúdos trabalhados. De maneira geral, esses participantes relataram que o retorno das aulas presenciais é necessário e benéfico, embora demande que os cuidados preventivos sejam respeitados. A maioria compreende também que a vacina possibilita esse retorno, por isso reforçam a importância da obrigatoriedade do comprovante de vacina.

Por outro lado, há participantes que relataram entender esse retorno como precoce e arriscado. Para eles, a retomada presencial das aulas foi uma estratégia arriscada para a sociedade tendo em vista que a infecção pela COVID-19 ainda é uma realidade. Além disso, relatam acerca do medo do contágio a partir da exposição, preferindo pelas aulas à distância devido à comodidade que esses encontraram nesse método e que com a retomada, muitos despenderam de maiores gastos, ou seja, perderam a economia que outrora veio com a modalidade virtual. Trata-se de estudantes cujo modo virtual

apresentou funcionalidade, seja pela dificuldade em se locomover devido a residir em outras cidades ou pelo medo de exposição ao contato humano durante a pandemia. Outro argumento apresentado foi a percepção de que, em geral, e conforme o esperado, alunos de pós-graduação têm o perfil de buscar conhecimento de forma mais autônoma, dependendo menos que outros níveis de ensino do contato presencial, afinal, trata-se de pesquisadores.

Os participantes contrários ao retorno presencial também comentaram que seria melhor aguardar por um período de maior estabilidade na saúde pública antes dessa retomada, com um possível retorno apenas no segundo semestre de 2022, por exemplo. Dentro disso, houve ainda a sugestão da adoção de um sistema híbrido, que concilie atividades on-line e presenciais, gerando mais alternativas de acesso ao conhecimento e reduzindo os riscos de contágio, ou ainda que a modalidade presencial fosse opcional. Outro ponto que merece destaque é a perspectiva de que seria melhor esperar por uma possível vacinação mais eficiente. Além disso, todos reforçam a necessidade da obrigatoriedade do comprovante de vacinação de todos os atores que compõem esse espaço físico da universidade, tal como a fiscalização para avaliar se os cuidados preventivos estão sendo respeitados, tal qual a disponibilidade de máscaras e álcool em gel para todos os alunos, a distância entre as carteiras nas salas de aulas, a diminuição do período de aulas presenciais e a obrigatoriedade de apresentação de um teste diagnóstico da COVID-19 a cada dois ou três meses.

Por fim no que diz respeito à última questão sobre a tática política-eleitoreira perfilar ou não o retorno das aulas presenciais, 80% concordaram que existe tática política-eleitoreira nesse retorno, enquanto 20% não acreditam nessa hipótese.

Discussão

O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* é uma trajetória acadêmica e profissional para promover a educação continuada, onde as pessoas que realizaram o Ensino Superior têm a possibilidade de realizar suas pesquisas e aprimorar seus conhecimentos. O mesmo disponibiliza mestrado e doutorado para a formação profissional necessária para um/a pesquisador/a e também, como resultado, ter sucesso no mercado de trabalho (ANDRADE; MACCARI; HOLLNAGEL, 2018).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é a responsável pelo controle da quantidade de alunos frequentando os programas de pós-graduação *stricto sensu* e a quantidade de programas disponibilizados no Brasil por estado federativo. Nesse ínterim, é oportuno mencionar que

Em 1976, a Capes implementou uma escala conceitual alfabética para avaliar a qualidade dos cursos de pós-graduação brasileiros. A escala variava entre as letras “A”, “B”, “C”, “D” e “E”, assim, os cursos com classificação “A” seriam os mais bem qualificados e, em contrapartida, os cursos com classificação “E” seriam deficitários (HOSTINS, 2006; CAPES, 2010).

Tal método de avaliação adotado pela agência permanece, considerando modificações realizadas ao longo do tempo. Em 1998, a Capes passou a adotar um modelo mais rigoroso de avaliação, com vistas ao alcance de padrões de qualidade internacionalmente aceitos, em que a escala conceitual alfabética seria substituída pela escala numérica com variação entre os números inteiros de “1” a “7”, assim, os cursos notas “6” e “7” são considerados de padrão internacional, e a nota “7” constitui o topo da classificação. Já a nota “3” é o mínimo que um programa pode obter para ser reconhecido e para operar, ou seja, para que seus diplomas tenham validade. (CABRAL et al., 2020, p. 8)

Sobre a composição dos Programas de Pós-Graduação no Brasil, segundo a Capes (2021), do total de programas em 2020, 17,9% eram de instituições de ensino particulares, enquanto entre as demais 82,1% das universidades públicas, 0,9% são municipais, 22,7% são estaduais e 58,5% são do âmbito federal. A CAPES (2021) não tem uma relação do gênero e faixa etária de discentes matriculados nos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

O programa de pós-graduação *stricto sensu* se tornou importante no Brasil devido às exigências do mercado de trabalho, que busca por maior conhecimento, metodologia e habilidades de seus funcionários, muitas das vezes ampliando a renda dos mais qualificados como incentivo a essa formação (LOPES; MAIDANA; QUEIROZ, 2018). Para Lopes, Maidana e Queiroz (2018) o crescimento de alunos em programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil se dá em razão da busca para atender essa demanda do mercado de trabalho por mestres e doutores profissionais e acadêmicos qualificados para atender à necessidade dos seus respectivos cargos em aberto.

Ainda de acordo com a CAPES (2021), foi possível identificar em 2020 a quantia de 2.082 cursos de mestrados e 78 cursos de doutorados distribuídos no Brasil. Com a pandemia da COVID-19, esses programas adotaram o Ensino Remoto Emergencial (ERE), sendo uma medida temporária para o ensino, onde as aulas, os trabalhos, as

atividades e os contatos com colegas, professores e orientadores foram realizadas através do modo online. Segundo Silva, Lima e Martins (2021), o ponto positivo do ERE foi encontrar uma proposta de ensino viável nesse contexto de pandemia. Os autores apontam ainda que o principal impacto negativo dessa modalidade no ensino foi e é a falta de interação e diálogo entre os sujeitos do processo educativo e o atraso nas pesquisas de campo, tal como alega 38% dos participantes da presente pesquisa.

A respeito do estudo em tela, identificou-se a presença de mais participantes no nível de mestrado (62%) do que doutorado (38%), sendo que a maioria desses aprovaram o ERE em seus cursos durante a pandemia. Nesse mesmo contexto, Martins et al. (2022) complementam que os alunos da pós-graduação no Brasil conseguiram se adaptar ao ERE e adquiriram um aprendizado satisfatório frente às necessidades postas pelas medidas de proteção ao vírus. A pesquisa dos autores dialoga com os resultados aqui apresentados, no qual, para a maior parte dos participantes, a adoção online facilitou participar das aulas e realizar trabalhos, além de outros benefícios já citados como a economia, a questão da locomoção, a praticidade e a flexibilidade.

A pesquisa em tela expõe que a maioria dos pós-graduandos se sentem seguros para a volta presencial das aulas, e entende-se que a vacina é um fator importante para essa aderência a modalidade presencial de ensino, ao passo que minimizou o impacto da COVID-19 no organismo humano. Segundo o G1 Globo (2022), são imunizados aqueles que se vacinaram com a primeira e segunda dose ou a dose única. De acordo com a reportagem, até o dia 25 de maio do presente ano de 2022, 82,98% da população tomou a primeira dose, 77,1% tomaram a segunda dose ou a dose única, e 42,46% tomaram a dose de reforço.

Em especial o estado de São Paulo, de onde falam a maioria dos participantes da pesquisa ou onde realizam seus respectivos mestrados e doutorados, 89,71% da população se encontra imunizada, sendo o segundo Estado com mais imunizados do país (G1, 2022). Assim, compreende-se que a população está acima de 50% de imunização, tornando a COVID-19 um menor risco à saúde pública e dando mais segurança aos alunos em retornarem às aulas presenciais. Além disso, vale reforçar que o uso de máscara e álcool em gel em ambientes fechados, como a sala de aula das universidades, por exemplo, como um meio complementar de garantir uma maior proteção ao contágio do vírus.

Morales (2022) reforça a opinião da maioria dos discentes que acreditam que o retorno presencial das aulas em 2022 tem relação com o ano eleitoral ao afirmar que a área da educação é um tema de extrema importância para os períodos de eleição, onde políticos buscam propor melhorias para o ensino-aprendizado da população e, conseqüentemente, ganhar votos. Diante disso, compreende-se que o retorno das aulas presenciais é uma tática política para minimizar a crise da COVID-19 e demonstrar que os políticos conseguiram solucioná-la e assegurar um retorno das aulas de forma contínua após os impactos significativos que a referida pandemia apresentou para o desempenho educacional.

Considerações finais

Em tempo, o estudo apresentou que a sociedade pode se adaptar frente às necessidades, como foi o caso do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e do recente retorno das aulas presenciais nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, mesmo que com discrepâncias em relação à segurança, com o retorno das aulas presenciais.

Embora os participantes tenham apresentado significativa aceitação às aulas em ERE, mais de 80% também compreendem que o retorno das aulas presenciais é pertinente. Uma percepção que merece atenção diante desses resultados é a de que há um envolvimento do contexto político no retorno das aulas presenciais, visto que a educação é um fator-chave para ganhar votos. Porém, vale destacar, que a referente pesquisa tem uma amostra circunscrita ao contexto dessa coleta de dados. Diante do exposto, recomenda-se que novos estudos sejam realizados acerca da temática.

Referências

ALMEIDA, M. I.; PIMENTA, S. G. Pedagogia universitária: valorizando o ensino e a docência na Universidade de São Paulo. *In.*: ALMEIDA, M. I.; PIMENTA, S. G. (org.). **Pedagogia universitária**. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 13-38.

ANDRADE, E. F. S.; MACCARI, E. A.; HOLLNAGEL, H. Inovação em um contexto isomórfico nos Programas De Pós-Graduação *Stricto Sensu* em administração. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 100-127, mai./ago. 2018.

CABRAL, T. L. O. et al. A Capes e suas Sete Décadas: trajetória da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-graduação**, RBPG, Brasília, v. 16, n. 36, p. 1-22, out. 2020.

CAPES. **GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas**. CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 2021. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acesso em: 25 mai. 2021.

CORRÊA, G. T.; RIBEIRO, V. M. B. A formação pedagógica no ensino superior e o papel da pós-graduação *stricto sensu*. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 319-334, abr./jun. 2013.

CUNHA, M. I. Trajetória e lugares da formação do docente da educação superior: do compromisso individual à responsabilidade institucional. **Revista Brasileira de Formação de Professores**, v. 1, n. 1, p. 110-128, mai. 2010.

G1 GLOBO. **Mapa da vacinação contra Covid-19 no Brasil**. Dados atualizados às 20h17 de 25 mai. 2022. Disponível em: <<https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>> Acesso em: 26 mai. 2022.

HADDAD, S. S.; RIBEIRO, A. S.; TASSIGNY, M. M. Uma questão de gênero na pós-graduação *stricto sensu* no Estado do Amazonas. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 88745-88761, nov. 2020.

LOPES, M. R.; MAIDANA, F. A.; QUEIROZ, A. F. Recrutamento e Seleção por Competência: o Desafio dos Recursos Humanos em Buscar Candidatos Competentes no Mercado de Trabalho. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 22, n. 35, p. 54-60, 2018.

MARTINS, T. A. et al. A percepção de aprendizagem na pós-graduação brasileira durante a pandemia de Covid-19. **Revista Actualidades Investigativas en Educación**, v. 22, n. 2, may./ago. 2022.

MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, mai./ago. 2009.

MORALES, J. **Para 59% dos eleitores, educação é um tema essencial na hora de votar**. Guia do Estudante, 2022. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/noticia/para-59-dos-eleitores-educacao-e-um-tema-essencial-na-hora-de-votar/>>. Acesso em: 30 mai. 2022.

SILVA, C. M. L.; LIMA, M. S. N. O. F.; MARTINS, E. S. Pós-graduação *stricto sensu* no ensino remoto emergencial: desafios e perspectivas. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 1-11, 2021.